



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

MUNICÍPIO DE CASEIROS torna público que estará realizando **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no modo de disputa aberto, tendo por finalidade os **AQUISIÇÃO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AUTOMATIZAÇÃO DE PORTAS E ESTRIBO FIXO** de conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente e pelas demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, como segue:

1. DO LOCAL, DATA E HORA DA ABERTURA:

A sessão virtual será realizada por meio de sistema eletrônico no seguinte endereço: www.pregaobanrisul.com.br, **dia 09 de março de 2026, às 14h30**, horário de Brasília/DF, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 14h29min desse mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1.1 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data supra mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.2 TEMPO DE DISPUTA: cinco (05) minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema, que pode variar de 1 segundo até 30 minutos.

1.3 Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

2. DO OBJETO:

2.1 Constitui objeto deste certame licitatório a aquisição e prestação de serviço de instalação de sistema de automatização de portas e estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, das I/M.BENZ 517 SPRINTER A4, TQO2B32, Ano/modelo 2024/2025 e I/M BENZ 516SPRINTER A4, placa TQO2B48, Ano/Modelo 2024/2025 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Asssitência Social e Habitação, em conformidade com as descrição do Anexo I – Termo de Referência deste Edital;

2.2 O objeto será licitado por LOTE, com julgamento pelo menor GLOBAL (compreendendo item 01 e 02), devendo se fazer constar na proposta os valores discriminados;

2.6 A Licitante deverá fornecer garantia dos materiais e serviços pelo período de 12 meses, devendo se fazer constar em sua proposta.

2.7. Os materiais devem ser de boa qualidade, novas, originais de fábrica, sem uso anterior de procedência lícita;

3. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:

3.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar- se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.



3.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas pelo sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacoes@caseiros.rs.gov.br

3.3 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital, o seguinte:

- a) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- b) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- c) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- d) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do Pregão na forma eletrônica.
- e) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4 ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no Item 1 deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.5 O Licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o seguinte:

- a) O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

3.6 DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR – ME/EPP: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 139, de 10 de novembro de 2011, pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, **deverá:**



3.6.1 Declarar previamente que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, e apresentar a Declaração firmada pelo Contador da licitante e proprietário/sócio administrador da empresa, conforme Modelo do Anexo III deste edital.

3.7 Para obter o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, as empresas interessadas, declaradas ME ou EPP, deverão necessariamente apresentar, com os documentos de habilitação, a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL DENTRO DO EXERCÍCIO, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC nº. 103/2007, art. 8º e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.8 Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pela Pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2(dois) dias úteis.

4. PROPOSTA

4.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do Pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo V – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação dos itens que deseja participar, englobando a tributação, os custos e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3 Poderá ser admitido pela Pregoeira erros de natureza formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Para fins de habilitação neste Pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos e declarações **no prazo de 2 (duas) horas improrrogáveis**, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital.

5.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) CÓPIA DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



5.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica; OBS: Caso tenha apresentado no item 5.1 não precisa apresentar em duplicidade.
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (ALVARÁ ou DIRE)
- c) Prova de regularidade perante a FAZENDA FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante, inclusive das Contribuições Sociais.
- d) Prova de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; (CNDT)
- f) CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL DENTRO DO EXERCÍCIO, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC nº. 103/2007, art. 8º (se for o caso).

5.3.1. CASO O LICITANTE SEJA VENCEDOR E POSSUIR DÍVIDAS NA FAZENDA MUNICIPAL DE CASEIROS, DEVERÁ QUITÁ-LAS E APRESENTAR, PARA A ASSINATURA DO CONTRATO, A NEGATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CASEIROS, NOS TERMOS DO ART. 193 DO CTN.

5.4 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES/DECLARAÇÕES:

- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02, (conforme anexo IV);
- b) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório, (conforme anexo IV);
- c) Declaração que autoriza qualquer representante de empresa/instituições ente público, mencionados na documentação habilitatória, a prestar as informações julgadas necessárias e solicitadas pela Pregoeira, (conforme anexo IV)
- d) Declaração que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente edital, (conforme anexo IV);
- e) Declaração que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública de economia mista, (conforme anexo IV);

5.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



- a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a noventa dias da data designada para a apresentação do documento.

5.6. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.7. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitações poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. CAUÇÃO

Não haverá exigência de caução da proposta.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (art. 14 da lei n.º 14.133/2021):

- a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2 O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



8.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, a Pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3 A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) Possam acarretar violação ao disposto no art. 11 da Lei 14133/21.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a Pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, observado as regras deste edital.

9.8 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.



9.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.11 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 1,00 (Um real)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.12 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.13 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.14 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.15 Deverão as empresas manter seu lance final, sendo declarada vencedora aquela que apresentar o menor valor e NÃO SERÃO ACEITOS mensagens via e-mail ou por telefone, com solicitações de pedidos de desistência de lance, sob qualquer hipótese. Caso seja declarada vencedora deverá manter a proposta final por até 60 (sessenta) dias.

10. MODO DE DISPUTA

10.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes neste edital.

10.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, será de 05 (cinco) minutos mais acréscimos realizados pelo sistema Pregão Banrisul e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate,



preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.7 e 3.8 deste Edital;

11.2 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.4 O disposto no item 11.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5 Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.6 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12 NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO



12.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, mediante atualização no sistema e envio de proposta definitiva assinada, que sejam solicitados pela Pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo de até 2 horas.

12.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12.5 O julgamento será realizado por menor valor unitário do item;

13 VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5 e subitens enviados nos termos deste edital, serão examinados pela Pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4 A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5 Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14 RECURSOS

14.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;



- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação.
- e) O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, a **intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, após o término dos lances, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;**

14.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.5 O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1 O licitante vencedor será convocado para assinar a contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.



16.4 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção do melhor preço, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.7 A Assinatura eletrônica do contrato somente será aceita pela forma qualificada, ou seja, mediante uso de chave padrão ICP- Brasil.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 O termo inicial contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 13 (treze) meses, compreendendo 1 (um) mês para execução dos serviços e 12 meses de garantia de materiais e serviços, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

- a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada até 30 dias após a entrega e realização dos serviços de conserto, mediante a apresentação da Nota Fiscal, e com observância do estipulado pela Lei n. 14.133/2021;
- b) O depósito bancário na conta corrente será na da empresa vencedora, que deverá indicar todos os dados da instituição financeira, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome, conforme CGM junto ao município promotor do certame. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura;
- c) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do Pregão, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento dos bens licitados e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;
- d) As contratações feitas na forma deste edital deverão observar as disposições da Instrução Normativa n.º 971/2009 e, para fins exclusivos de IRRF, a instrução normativa n.º 1234/2012.

18.2 A Contratação serão realizadas pelas seguintes Dotações:



07 – Secretaria Municipal da Educação;
2039 – Apoio ao Ensino Superior;
44903000000000.500 – Material de consumo;

10 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
2065 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;
44903000000000.500 – Material de consumo;

18.3 Do Equilíbrio Econômico-Financeiro e reajustamento de preços: Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, II, “D” da Lei 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro, devendo ser solicitado pela Contratada a autoridade competente, encaminhado documentos que comprovem a necessidade do reequilíbrio, sendo estes, analisados pela Assessoria Jurídica do Município, para o aceite final do Município e realização do reequilíbrio financeiro.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **19.1** deste edital as seguintes sanções:

- a) Advertência;



- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

19.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6 A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7 Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10 Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.13 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.14 Pagamento da multa;



19.15 Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.16 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.17 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 19.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados a Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **por meio exclusivamente** do seguinte endereço eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br.

21 DA FISCALIZAÇÃO

21.1 O Município nomeará fiscal(is) para acompanhamento do contrato administrativo, sendo este servidor pertencente do quadro de servidores, devidamente habilitado à tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização da ata de registro de preços, conjuntamente com o engenheiro mecânico contratado pelo Município.

21.2 O fiscal poderá ser alterado através de Portaria Administrativa.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da 23.2 Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

22.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.5 São ANEXOS deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo de Minuta de Contrato;

ANEXO III – Declaração de enquadramento como benefícios da Lei Complementar;

ANEXO IV - Modelo de declarações;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Caseiros
CNPJ: 90.483.058/0001-26



ANEXO V – Modelo de Proposta Comercial;

Caseiros, 13 de fevereiro de 2026.

JOELICE BORTOLANZA CANALI
Prefeita Municipal

CASEIROS



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026

1. OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste certame licitatório a aquisição e prestação de serviço de instalação de sistema de automatização de portas e estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, das I/M.BENZ 517 SPRINTER A4, TQO2B32, Ano/modelo 2024/2025 e I/M BENZ 516SPRINTER A4, placa TQO2B48, Ano/Modelo 2024/2025 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme a seguinte descrição:

LOTE 01	Quantidade	Descrição
	02	Aquisição e serviço de instalação de sistema de automatização de portas das Vans Sprinter, placa TQO2B48 da Secretaria de Educação e placa TQO2B32 da Secretaria de Assistência Social e Habitação; O equipamento deve medir 1460mm e obter uma abertura de porta de 1200mm; Dispor de acabamento em courvim automotivo e peças metálicas cromadas; Sistema elétrico, movido por motoredutor de 12v, acionado através de chicote elétrico indepedente, conectado na bateria do veículo, sem conexões com o sistema eletrico original. O sistema deve ser composto por itens de fácil manuntenção e manuseio (relês, fusíveis, ponte retificadora...) e facilmente encontrados no mercado de elétrica automotiva. Acionamento realizado através de uma botoeira fixada no painel comporto por dois botões (abre/fecha) ou por controle remoto de forma opcional;
	02	Aquisição e serviço de instalação de Estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, com as seguintes medidas 2300mm, 2600mm e 3000mm, composto por tubo de ferro 2 polegadas com espessura de 2mm, largura da base de apoio de 200mm;

- 1.2 O objeto será licitado de forma GLOBAL, com julgamento pelo menor preço do LOTE, devendo se fazer constar na proposta os valores discriminados;
- 1.3 A Licitante deverá fornecer garantia dos materiais e serviços pelo período de 12 meses, devendo se fazer constar em sua proposta.
- 1.4 Os materiais devem ser de boa qualidade, novas, originais de fábrica, sem uso anterior de procedência licita;



1.5 Caso a(s) peça (s) fornecida (s) apresente(m) defeito, caberá ao licitante fornecer nova peça e realizar o serviço para retirada da peça defeituosa e instalação da peça nova.

16.1 O licitante também deverá ressarcir o Município, quer seja pelo valor de mão de obra e/ou outra peça, caso a peça defeituosa tenha gerado outros danos;

1.7 O licitante terá o prazo de 05 dias, após o comunicado da necessidade de substituição, para fornecer uma peça nova sem defeito, e observada as mesmas características de qualidade;

1.8 Caberá ao licitante proceder no exame da peça reputada defeituosa na sede do Município, no prazo de 3 dias do comunicado e em caso de silêncio ou não atendimento restará caracterizado como tendo aprovado o exame realizado pelo Município da caracterização de peça defeituosa.

1.9 A Licitante vencedora tem o prazo de **30 (trinta) dias** para realização dos serviços, a contar da assinatura do Contrato Administrativo.

1.10 A Licitante vencedora deverá fornecer garantia de peças e serviços pelo período de 12 meses, a contar da emissão da nota fiscal;

1.11 A **CONTRATANTE** será responsável pelo deslocamento dos veículos até o local de execução dos serviços e instalação dos materiais, quando este se situar em até **100 km (cem quilômetros)** da sede do Município de Caseiros/RS.

1.12 Na hipótese de a **licitante vencedora** possuir sede localizada a mais de **100 km** do Município de Caseiros/RS, caberá a esta a **retirada e devolução dos veículos** no Município, bem como todas as providências necessárias para a realização dos serviços, sem custos adicionais.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de adequação e melhoria das condições de uso dos veículos I/M. BENZ 517 SPRINTER A4, placa TQO2B32, Ano/Modelo 2024/2025, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e I/M. BENZ 516 SPRINTER A4, placa TQO2B48, Ano/Modelo 2024/2025, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Os referidos veículos são utilizados diariamente no transporte de usuários dos serviços públicos municipais, incluindo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, demandando, portanto, condições adequadas de acessibilidade, segurança e ergonomia, em conformidade com os princípios da eficiência, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social.

A instalação do sistema de automatização de portas visa proporcionar maior segurança, praticidade e agilidade no embarque e desembarque dos passageiros, reduzindo riscos de acidentes, falhas operacionais e esforços físicos excessivos por parte dos servidores responsáveis pela condução e acompanhamento dos usuários.

Da mesma forma, a aquisição e instalação de estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável e base antiderrapante em alumínio xadrez é indispensável para garantir maior estabilidade e segurança no acesso ao veículo, especialmente para usuários com limitações de mobilidade, bem como para crianças e idosos, prevenindo quedas e outros incidentes.

Ressalta-se que os materiais a serem adquiridos devem ser novos, originais de fábrica e de procedência lícita, assegurando durabilidade, desempenho adequado e compatibilidade com os veículos, além de garantia mínima de 12 (doze) meses para os materiais e serviços, garantindo ao Município a devida proteção quanto à qualidade e à execução do objeto contratado.



Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária e plenamente justificada, pois atende ao interesse público, contribui para a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais, assegura maior segurança e acessibilidade aos usuários e preserva o patrimônio público, estando alinhada às necessidades operacionais das Secretarias demandantes.

3. VALOR DE REFERÊNCIA

Os valores de referência foram obtidos com base em orçamentos regionais considerando o custo médio praticado no mercado:

LOTE 01	Item	Quantidade	Descrição	VALOR TOTAL DO LOTE (LANÇE Item 01 e 02)
	01	02	Automatização de portas das Vans Sprinter, placa TQO2B48 da Secretaria de Educação e placa TQO2B32 da Secretaria de Assistência Social e Habitação; O equipamento deve medir 1460mm e obter uma abertura de porta de 1200mm; Dispor de acabamento em courvim automotivo e peças metálicas cromadas; Sistema elétrico, movido por motoredutor de 12v, acionado através de chicote elétrico indepedente, conectado na bateria do veículo, sem conexões com o sistema eletrico original. O sistema deve ser composto por itens de fácil manutenção e manuseio (relês, fusíveis, ponte retificadora...) e facilmente encontrados no mercado de elétrica automotiva. Acionamento realizado através de uma botoeira fixada no painel comporto por dois botões (abre/fecha) ou por controle remoto de forma opcional;	R\$ 14.693,32
	02	02	Aquisição e serviço de instalação de Estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, com as seguintes medidas 2300mm, 2600mm e 3000mm, composto por tubo de ferro 2 polegadas com espessura de 2mm, largura da base de apoio de 200mm.	

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES



O objeto da presente licitação será considerado aceito e atestado pela Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social do Município de Caseiros/RS, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) O fornecimento dos materiais novos, de boa qualidade e com garantia de no mínimo 12 meses.
- b) O prazo para entrega dos serviços de conserto é de 30 dias;
- c) As peças deverão atender integralmente a descrição estabelecida, novas, sem uso anterior, originais de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.
- e) A proposta apresentada pela empresa vencedora contenha os valores discriminados dos materiais e serviços;
- f) Na entrega dos serviços, a contratada apresente, juntamente com a nota fiscal:
 - Certificado(s) de garantia das peças e dos serviços, com validade mínima de 12 (doze) meses;

5. DA FISCALIZAÇÃO

O responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo será indicado pela Administração Municipal, conforme estabelecido em contrato a ser realizado.

6. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) Fornecer materiais novos e de qualidade comprovada, sendo elas originais de primeira linha, assim como os serviços devem ser realizados por profissional habilitado;
- b) Entregar os serviços dentro do prazo determinado, conforme especificações;
- c) Cumprir rigorosamente os prazos;
- d) Fornecer garantia mínima legal e técnica de 12 meses pelos serviços e materiais.

7. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) Acompanhar a entrega dos materiais e realizar a conferência;
- b) Efetuar o pagamento conforme estabelecido no contrato;
- c) Exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações poderá acarretar, nos termos da Lei nº 14.133/2021: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, além das demais sanções previstas em lei.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição e prestação de serviços de instalação de sistema de automatização de portas e de estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, destinados aos veículos I/M. BENZ 517 SPRINTER A4, placa TQO2B32, Ano/Modelo 2024/2025, da Secretaria



Municipal de Assistência Social e Habitação, e I/M. BENZ 516 SPRINTER A4, placa TQO2B48, Ano/Modelo 2024/2025, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

O sistema de automatização de portas deverá ser compatível com as especificações técnicas e estruturais dos veículos, garantindo funcionamento seguro, eficiente e contínuo, de modo a facilitar o processo de abertura e fechamento das portas, proporcionando maior conforto aos usuários e melhores condições de trabalho aos servidores responsáveis pela operação dos veículos.

O estribo lateral fixo deverá possuir suporte de fixação regulável, base de apoio em alumínio xadrez antiderrapante, com largura mínima de 200 mm e comprimentos compatíveis com os veículos (2300 mm, 2600 mm e 3000 mm), sendo confeccionado em tubo de ferro de 2 polegadas, com espessura mínima de 2 mm, assegurando resistência, estabilidade e durabilidade, além de facilitar o acesso ao interior dos veículos com segurança.

A solução compreende o fornecimento de todos os materiais, componentes, equipamentos, mão de obra especializada, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo instalação, testes de funcionamento, ajustes técnicos e entrega dos veículos em plenas condições de uso.

Os materiais fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica, de procedência lícita e compatíveis com os veículos, devendo a empresa contratada garantir a qualidade das peças e dos serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da emissão da nota fiscal, responsabilizando-se pela substituição de quaisquer peças que apresentem defeito, bem como pela correção de falhas decorrentes da instalação.

Dessa forma, a solução proposta assegura o atendimento às necessidades das Secretarias demandantes, promovendo acessibilidade, segurança, eficiência operacional e preservação do patrimônio público, em conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

A previsão de contratação é pelo período de 13 (treze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021. Compreendendo 1 mês para execução dos serviços e 12 meses de garantia de peças e serviços;

11. RESULTADOS PRETENDIDOS E DA VIABILIDADE

Com a contratação pretendida, espera-se alcançar a melhoria das condições de acessibilidade, segurança e funcionalidade dos veículos utilizados pelas Secretarias Municipais da Educação, Cultura e Esportes e da Assistência Social e Habitação, garantindo maior conforto e segurança aos usuários dos serviços públicos.

A instalação do sistema de automatização de portas proporcionará maior eficiência no embarque e desembarque de passageiros, reduzindo riscos de acidentes, falhas operacionais e esforços físicos excessivos dos servidores responsáveis pela condução e acompanhamento dos usuários.

A implementação do estribo lateral fixo com base antiderrapante permitirá maior estabilidade e segurança no acesso aos veículos, especialmente para crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, contribuindo para a prevenção de quedas e outros incidentes.

Pretende-se, ainda, assegurar a adequação dos veículos às necessidades operacionais das Secretarias demandantes, promovendo a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados, bem como a preservação do patrimônio público, mediante a utilização de materiais novos, duráveis e compatíveis com os veículos, com garantia mínima de 12 (doze) meses para peças e serviços.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



A contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e legal. Do ponto de vista técnico, os sistemas de automatização de portas e os estribos laterais especificados são compatíveis com os modelos dos veículos descritos, não demandando adaptações estruturais complexas, sendo amplamente utilizados em veículos da mesma categoria.

Sob o aspecto operacional, a execução do objeto é simples e direta, uma vez que compreende o fornecimento e a instalação dos equipamentos por empresa especializada, com prazo de execução definido de até 30 (trinta) dias, não ocasionando prejuízos à rotina das Secretarias envolvidas.

Quanto à viabilidade econômica, o objeto será licitado por item, com julgamento pelo menor preço, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os critérios de qualidade, garantia e conformidade técnica.

Por fim, a contratação é legalmente viável, estando em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas, atendendo ao interesse público e às necessidades das Secretarias demandantes.

Caseiros, 13 de fevereiro de 2026.





ANEXO II
PREGAO ELETRÔNICO Nº 005/2026
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Mário Cirino Rodrigues, nº 249, bairro centro, nesta cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 90.483.058/0001-26, neste ato representado pela Prefeita Municipal Joelice Bortolanza Canali, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e **XXXXXXXXXXXXXX** inscrito no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede na _____ nº _____ bairro _____ cidade de _____, CEP: _____, neste ato representando pelo seu Sócio/gerente _____, residente e domiciliado _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E ENTREGA

A CONTRATADA fornecerá a CONTRATANTE aquisição e prestação de serviço de instalação de sistema de automatização de portas e estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, das I/M.BENZ 517 SPRINTER A4, TQO2B32, Ano/modelo 2024/2025 e I/M BENZ 516SPRINTER A4, placa TQO2B48, Ano/Modelo 2024/2025 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Asssitência Social e Habitação, compreendendo:

LOTE 01	Item	Quantidade	Descrição	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	01	02	Automatização de portas das Vans Sprinter, placa TQO2B48 da Secretaria de Educação e placa TQO2B32 da Secretaria de Assistência Social e Habitação; O equipamento deve medir 1460mm e obter uma abertura de porta de 1200mm; Dispor de acabamento em courvim automotivo e peças metálicas cromadas; Sistema elétrico, movido por motoredutor de 12v, acionado através de chicote elétrico indepedente, conectado na bateria do veículo, sem conexões com o sistema eletrico original. O sistema deve ser composto por itens de fácil manutenção e manuseio (relês, fusíveis, ponte retificadora...) e facilmente encontrados no mercado	R\$	R\$



			de elétrica automotiva. Acionamento realizado através de uma botoeira fixada no painel com porto por dois botões (abre/fecha) ou por controle remoto de forma opcional;		
	02	02	Aquisição e serviço de instalação de Estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, com as seguintes medidas 2300mm, 2600mm e 3000mm, composto por tubo de ferro 2 polegadas com espessura de 2mm, largura da base de apoio de 200mm.	R\$	R\$

Parágrafo Primeiro: A partir da assinatura deste contrato a Contratada possui o prazo de 30 dias para realizar os serviços descritos.

Parágrafo Segundo: A Contratada deverá fornecer garantia dos materiais e serviços pelo período de 12 meses, e somente fornecer peças originais, de primeira linha.

Parágrafo Terceiro: No período da garantia a substituição das peças deverá ser idêntica ou superior aquelas que a Contratada utilizou por ocasião deste.

Parágrafo Quarto: Caso a(s) materiais (s) fornecida (s) apresente(m) defeito, caberá ao licitante ressarcir e realizar o serviço para retirada da peça defeituosa e instalação da peça nova.

Parágrafo Quinto: O licitante também deverá ressarcir o Município, quer seja pelo valor de mão de obra e/ou outro material, caso a peça defeituosa tenha gerado outros danos;

Parágrafo Sexto: O licitante terá o prazo de 05 dias, após o comunicado da necessidade de substituição, para fornecer uma peça nova sem defeito, e observada as mesmas características de qualidade;

Parágrafo Sétimo: Caberá ao licitante proceder no exame da peça reputada defeituosa na sede do Município, no prazo de 3 dias do comunicado e em caso de silêncio ou não atendimento restará caracterizado como tendo aprovado o exame realizado pelo Município da caracterização de peça defeituosa.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATANTE** será responsável pelo deslocamento dos veículos até o local de execução dos serviços e instalação dos materiais, quando este se situar em até **100 km (cem quilômetros)** da sede do Município de Caseiros/RS. Na hipótese de a **licitante vencedora** possuir sede localizada a mais de **100 km** do Município de Caseiros/RS, caberá a esta a **retirada e devolução dos veículos** no Município, bem como todas as providências necessárias para a realização dos serviços, sem custos adicionais.

DO VALOR E DO PAGAMENTO

Cláusula Segunda: O preço a ser pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, pelo conserto, correspondente ao total de R\$ XXXXX.



DO PAGAMENTO

Cláusula Terceira: O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

- a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada até 30 dias após a entrega das peças, mediante a apresentação da Nota Fiscal, e com observância do estipulado pela Lei n. 14.133/2021;
- b) O depósito bancário será feito na seguinte conta corrente da Contratada é a seguinte:
Nº conta: _____
Agência: _____
- c) A nota fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do Pregão, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento dos bens licitados e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

DA VIGÊNCIA

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência pelo período de 13 meses, contados a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei 14.133/2021. Compreendendo 1 mês para realização dos serviços e 12 meses de garantia.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Quinta: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal da Educação;
2039 – Apoio ao Ensino Superior;
44903000000000.500 – Material de consumo;

10 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
2065 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;
44903000000000.500 – Material de consumo;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula Sexta: Constituem também obrigações e responsabilidades da contratada:

- a) Fornecer os materiais novos, originais de fábrica ou genuínas e de qualidade comprovada e realizar os serviços dentro do prazo estabelecido;
- b) Cumprir rigorosamente os prazos;
- c) Fornecer garantia mínima legal e técnica de 12 meses de materiais e serviços.
- d) Cumprimento de outras exigências já definidas no presente contrato e previstas na Lei nº 14.133/2021.
 - a) O fornecimento das peças estejam em conformidade devendo ser peças/materiais novos, de boa qualidade e com garantia de no mínimo 12 meses.



- b) O prazo para entrega dos serviços de conserto é de 30 dias;
- c) As peças deverão atender integralmente a descrição estabelecida, novas, sem uso anterior, originais de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.
- d) Na entrega dos serviços, a contratada apresente, juntamente com a nota fiscal:
- e) Certificado(s) de garantia das peças/materiais e dos serviços, com validade mínima de 12 (doze) meses;

Parágrafo Primeiro: As peças a serem fornecidas deverão ser todas de primeira linha, e sempre novas, sem uso anterior.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Cláusula Sétima: Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do objeto podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos;
- b) Efetuar o pagamento da forma acordada neste instrumento;
- c) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, se necessário;

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Oitava: A fiscalização dos serviços contratados será exercida pelo servidor xxxxxxxxxxxxxxxx, em conjunto com o engenheiro mecânico, para validação do perfeito atendimento dos serviços contratados.

Parágrafo único: A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Nona: A CONTRATADA se sujeita, no que couber, às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito de ampla defesa.

Parágrafo Primeiro: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
 - (2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Parágrafo Quarto: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

- 1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Sexto: Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Oitavo: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Nono: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

Parágrafo Décimo: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Primeiro: As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima: A CONTRATADA reconhece desde já que o presente contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber ao objeto deste contrato.

DO FORO

Cláusula Décima Primeira: O Foro competente para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente instrumento contratual é o da Comarca de Lagoa Vermelha/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento exarado em três vias de igual teor e forma, assinados pelas partes contratantes e de fiscalização do contrato, para que surta seus efeitos legais.

Caseiros, ____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Fiscal do Contrato
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1º _____

2º _____

CASEIROS



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006

A Empresa____, inscrita no CNPJ sob nº____, por intermédio de seu contador o Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº e da CRC n.º **DECLARA**, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 01/2025, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e data)

(Assinatura contador da empresa licitante)

(proprietário/sócio administrador da empresa licitante)



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

A Pregoeira e Equipe de Apoio,
Pregão Eletrônico nº 005/2026

DECLARA, em atendimento ao art. 63, inciso I da Lei 14133/21, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no presente edital.

DECLARA que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

DECLARA que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;

DECLARA que autoriza qualquer representante de empresa/instituições ente público, mencionados na documentação habilitatória, a prestar as informações julgadas necessárias e solicitadas pela Pregoeira;

DECLARA que está plenamente e acordo com todas as cláusulas e condições do presente edital;

DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública de economia mista;

Local, data.

Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
Pregão Eletrônico nº 005/2026
(Papel Timbrado da Empresa)

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO/FONE/EMAIL: _____

DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE: _____

Apresentamos a Proposta referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2026:

LOTE 01	Item	Quantidade	Descrição	VALOR TOTAL DO LOTE (ITEM 01 E 02)
	01	02	automatização de portas das Vans Sprinter, placa TQO2B48 da Secretaria de Educação e placa TQO2B32 da Secretaria de Assistência Social e Habitação; O equipamento deve medir 1460mm e obter uma abertura de porta de 1200mm; Dispor de acabamento em courvim automotivo e peças metálicas cromadas; Sistema elétrico, movido por motoredutor de 12v, acionado através de chicote elétrico independente, conectado na bateria do veículo, sem conexões com o sistema elétrico original. O sistema deve ser composto por itens de fácil manutenção e manuseio (relês, fusíveis, ponte retificadora...) e facilmente encontrados no mercado de elétrica automotiva. Acionamento realizado através de uma botoeira fixada no painel comporta por dois botões (abre/fecha) ou por controle remoto de forma opcional;	R\$
	02	02	Aquisição e serviço de instalação de Estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, com as seguintes medidas 2300mm, 2600mm e 3000mm, composto por tubo de ferro 2 polegadas com espessura de 2mm, largura da base de apoio de 200mm.	R\$

Prazo de Entrega: 30 dias da Assinatura do contrato e 12 meses de garantia a contar da emissão da nota fiscal

Condições de Pagamento: em até 30 (trinta) dias após a entrega do veículo e aprovação do conserto.

Impostos/Encargos/Aplicação: Inclusos no Preço.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Caseiros
CNPJ: 90.483.058/0001-26



Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Garantia: 12 meses de peças e serviços.

Nome e assinatura do dirigente da empresa

CASEIROS